

04º Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho sobre Madeira Engenheirada (GT Madeira)

Data: 09/12/2025

Local: Gabinete Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas – SECLIMA

Local Virtual: Realizada através da plataforma Microsoft Teams
(https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MTQ5YWViZmUtMjUzZS00NTBmLTlkMjYtYzlyZWQ4ODA5MTI2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22f398df9c-fd0c-4829-a003-c770a1c4a063%22%2c%22Oid%22%3a%22247288cc-4371-4f98-805fbe0b6ae30830%22%7d)

Grupo: GT Madeira

Pauta:

- Apresentação do relatório elaborado pelos membros, tiradúvidas e encaminhamentos dos produtos finais.

Participantes:

1. Amanda Silva (SECLIMA)
2. Camila Costa (SECLIMA)
3. Bruno Monteiro Balboni (USP)
4. Clóvis Nakai (ABRACIME)
5. Marcelo Aflalo (NÚCLEO DA MADEIRA)
6. Maryellen Sanchez Ribeiro (SVMA)
7. Fábio Espindola (SECLIMA)
8. Georgia Santaniello Abejon (SMUL)
9. Lívia Calvacante (SIURB)
10. Ligia Ferrari Torella di Romagnano (IPT)
11. José Luiz Tabith Jr (SMUL)



Reunião:

1. Fábio (SECLIMA) deu as boas-vindas a todas e todos à quarta reunião ordinária do grupo de trabalho de madeira industrializada, que, em tese, deveria ser a reunião de fechamento. Informou que, pela Secretaria de Mudanças Climáticas, estavam presentes ele próprio e pediu que os demais se manifestassem. Camila (SECLIMA) confirmou presença, assim como Amanda (SECLIMA). Fábio perguntou se havia representante da SIURB, mas constatou ausência. Perguntou então pela SVMA, também ausente, e pela SMUL, quando José Luiz (SMUL) e Geórgia (SMUL) confirmaram presença. Em seguida, Fábio perguntou pela Abracime, mas não havia representantes. O mesmo ocorreu com a AsBEA. Ao chamar o IPT, Lígia confirmou presença. Já a USP estava ausente. Entre os representantes do setor privado, a Crosslam estava presente, enquanto a Uniless estava ausente. Lígia (IPT) acrescentou que o representante da Universo, Marcelo Aflalo — também integrante do Núcleo da Madeira, do qual ela faz parte — ainda não havia entrado na reunião.
2. Fábio (SECLIMA) informou que iniciaria compartilhando a portaria que fundamenta a criação do Grupo de Trabalho de Madeira Industrializada, a fim de recapitular os motivos de sua existência, seu período de atuação e suas responsabilidades legais. Ele explicou que a portaria estabelece como atribuições do GT: analisar as potencialidades e limitações técnicas da madeira industrializada como solução estrutural; identificar soluções inovadoras para seu uso em estruturas permanentes ou temporárias na cidade; avaliar benefícios ambientais, econômicos e sociais decorrentes de sua implementação em projetos municipais; propor diretrizes para licitações públicas que priorizem o uso desse material; e articular parcerias com instituições públicas, privadas e acadêmicas para fomentar soluções sustentáveis na construção civil.
3. Em seguida, Fábio (SECLIMA) lembrou a composição do GT — já confirmada na chamada inicial — e destacou que o grupo teria um prazo de seis meses, a partir de julho, para conclusão dos trabalhos, com possibilidade de prorrogação por ato da SECLIMA. As reuniões deveriam ocorrer mensalmente. Sobre os produtos esperados, ele reiterou que o GT deverá entregar; um relatório técnico de viabilidade do uso da madeira



industrializada em projetos municipais; diretrizes para incorporação do material em licitações públicas. Fábio (SECLIMA) reforçou que a elaboração do relatório seria conduzida principalmente pelos membros do grupo, uma vez que a SECLIMA não possui expertise técnica suficiente para produzir o conteúdo detalhado necessário. Caberia ao GT estruturar, complementar e desenvolver o relatório. Ele informou que todos já possuem o link do documento e, para fins de revisão coletiva, abriu o arquivo para análise. Observou, por fim, que a primeira parte — a apresentação do relatório — ainda não havia sido preenchida.

4. Fábio (SECLIMA) explicou que a Parte 2 do relatório, dedicada à madeira industrializada no município, havia sido razoavelmente preenchida, com contribuições de algumas secretarias e informações gerais sobre a produção e o contexto do material na cidade de São Paulo. Em seguida, ele destacou que o tópico 3, referente à madeira industrializada como fator de mitigação das mudanças climáticas, recebeu apenas um parágrafo — claramente insuficiente para atender aos objetivos do relatório. Quanto à Parte 4, sobre visitas técnicas, Fábio lembrou que o grupo realizou visita à Biblioteca Parque Villa-Lobos, mas observou que a descrição inserida no relatório ainda é insuficiente para produzir qualquer inferência técnica ou operacional relevante. Ele reforçou que o objetivo central do GT é produzir um relatório capaz de orientar o município de São Paulo na possível priorização da madeira industrializada em licitações públicas, com base em justificativas ambientais e comparativas em relação a outros materiais construtivos. Entretanto, ao analisar o conteúdo atual do relatório, Fábio (SECLIMA) observou que ele não demonstra, de forma convincente, que o material apresenta vantagens específicas ou superioridade técnica, ambiental ou operacional em relação a outras técnicas de construção. Ele expressou dúvida se essa insuficiência decorre de falhas na qualidade do material — o que ele considera improvável, especialmente após as visitas técnicas, que demonstraram tratar-se de um material amplamente utilizado e com grande potencial para uso municipal — ou se resulta de lacunas na elaboração do relatório. Ele esclareceu que, caso o problema seja realmente o relatório, é importante registrar que a SECLIMA não irá complementar os dados técnicos necessários. Sendo este o encontro previsto para encerramento do GT, caberia a ele apenas revisar o relatório final, ajustar formatação e emitir um parecer técnico. Com base no conteúdo atual, Fábio (SECLIMA) afirmou que o documento é insuficiente e que, dessa forma, o Grupo de Trabalho sobre Madeira Industrializada teria como



resultado final um produto inconclusivo, sem conseguir apresentar conclusões relevantes — algo que ele classificou como um desfecho inadequado.

5. Fábio (SECLIMA) afirmou que, para concluir sua colocação, era necessário deixar consignado em ata que o grupo foi reiteradamente informado — inclusive pelo grupo de WhatsApp — de que cabia aos membros a responsabilidade de acrescentar ao relatório as informações técnicas das visitas realizadas, bem como as conclusões inferenciais derivadas dessas visitas. Ele observou que qualquer pessoa que acessasse o relatório perceberia rapidamente a ausência de conteúdos fundamentais. Não há informações sobre o edifício Arvoredo, nem sobre o Parque do Carmo, que é um dos principais exemplos de utilização da madeira industrializada pelo poder público. Além disso, ao longo do corpo do relatório, não existem recomendações estruturadas; as poucas recomendações existentes estão apresentadas apenas em bullet points, sem desenvolvimento técnico adequado. Diante disso, Fábio (SECLIMA) explicou que, como coordenador do grupo, ele se via diante de duas opções, considerando que o grupo de trabalho estava previsto para se encerrar no final de dezembro. A primeira opção seria encerrar o grupo com um relatório inconclusivo, já que o conteúdo atual não possui qualidade técnica suficiente para ser publicado ou utilizado pelo município de São Paulo. Ele foi enfático ao afirmar que o material, da forma como está, não atende ao nível de rigor técnico exigido por uma cidade da envergadura de São Paulo. Ele também ponderou que não era possível afirmar se essa situação decorreu de um eventual desinteresse da indústria em convencer o município a adotar esse tipo de estrutura, ou se houve algum outro tipo de problema ao longo do processo. Independentemente disso, o ponto central é que o relatório, em seu estado atual, não pode ser encaminhado para publicação, o que levaria o grupo de trabalho a um encerramento com resultado inconclusivo. Como alternativa, Fábio (SECLIMA) apresentou a segunda opção: abrir um prazo adicional de um mês, com a realização de uma reunião extraordinária, para que os membros do grupo possam inserir informações técnicas relevantes no relatório. Ao final desse período, o grupo decidiria coletivamente se o relatório permaneceria inconclusivo ou se haveria conteúdo suficiente para produzir inferências técnicas importantes e recomendações claras para que o município adote critérios de incorporação da madeira industrializada em futuras licitações públicas. Ele reforçou que o objetivo da reunião daquele dia era abrir o relatório e refiná-lo ponto a ponto para edição final e publicação, mas deixou claro que não



havia condições técnicas de fazer isso naquele momento. Por fim, antes de passar a palavra à Ligia (IPT), Fábio (SECLIMA) leu a contribuição escrita por José (SMUL) no chat, que dizia que a madeira se apresenta como apenas mais uma hipótese no processo construtivo, não devendo ser considerada nem a melhor nem a única solução. José também questionou a ideia de que a madeira deva ser automaticamente considerada o material mais sustentável a ser adotado pelo município.

6. Fábio (SECLIMA) reforçou que, naquele momento, não havia condições de publicar o relatório. Destacou que gostaria de ouvir os demais membros, lembrando que todos fazem parte do mesmo grupo, mas que, do ponto de vista do poder público e da coordenação do grupo de trabalho, não era possível divulgar qualquer resultado com o material disponível. Mencionou a contribuição feita por José no chat, segundo a qual a madeira industrializada se apresenta apenas como uma hipótese adicional no processo construtivo, não devendo ser considerada a melhor nem a única opção, sendo questionável classificá-la automaticamente como o material mais sustentável a ser adotado pelo município. Fábio (SECLIMA) observou que esse tipo de posicionamento deveria constar de forma estruturada no relatório, pois esse é justamente um dos objetivos do grupo: promover o debate técnico e chegar a conclusões fundamentadas, seja em um sentido ou em outro. Em seguida, convidou José (SMUL) a se manifestar. José Luiz Tabith Junior (SMUL) afirmou que a discussão não deve ser tratada de forma assertiva ou simplificada. Segundo ele, a madeira industrializada precisa ser analisada dentro de um conjunto mais amplo de critérios técnicos e de gestão do material. Reconheceu que a madeira pode apresentar vantagens em alguns casos, como maior rapidez construtiva, mas ressaltou que não pode ser considerada automaticamente sustentável nem priorizada em licitações públicas apenas por essa característica. Essa foi, segundo ele, sua posição com base em sua experiência profissional e como representante da SMUL.
7. Ligia Ferrari Romagnano (IPT) agradeceu a fala de Fábio (SECLIMA) e concordou com as colocações feitas. Destacou que o relatório, de fato, não está pronto e que não se trata apenas de um documento inconclusivo, mas de um trabalho que ainda não foi finalizado. Defendeu a concessão de mais tempo para que o grupo possa elaborar um relatório consistente, com base técnica sólida, contemplando adequadamente as características da tecnologia e as condições em que o uso da madeira industrializada pode ser a melhor opção. Reconheceu que houve falta de tempo e acúmulo de compromissos no segundo semestre, incluindo eventos



relacionados à COP, sem apresentar isso como justificativa, mas como um dado de contexto. Reafirmou que o relatório precisa ser efetivamente concluído e, caso seja colocada em votação, manifestou-se favoravelmente à prorrogação do prazo para que o grupo possa dedicar o esforço necessário a um tema de tamanha relevância.

8. Fábio (SECLIMA) agradeceu a colocação de Lígia (IPT) e informou que abriria o tema para votação, entendendo que havia um consenso preliminar entre os participantes. Antes disso, concedeu a palavra a Clóvis (ABRACIME). Clóvis (ABRACIME) pediu desculpas por um problema inicial com o microfone, cumprimentou os participantes e manifestou concordância com a avaliação de Lígia (IPT). Destacou que o relatório, de fato, não estava concluído. Comentou que havia entendido que as visitas técnicas tinham como objetivo principal permitir que o corpo técnico da prefeitura conhecesse o sistema construtivo em madeira e compreendesse melhor seu funcionamento, o que, em sua avaliação, foi alcançado, já que diversas estruturas em madeira foram visitadas. Ressaltou, entretanto, que o relatório precisa ir além da descrição das visitas e apresentar de forma clara os motivos pelos quais a madeira engenheirada deveria ser utilizada. Reconheceu que essa é uma discussão técnica relevante e que existem diversos pontos positivos associados à madeira engenheirada, que podem e devem ser sistematizados no documento. Mencionou que há estudos econômicos e técnicos disponíveis, como os produzidos por instituições e plataformas especializadas, que tratam dos benefícios da madeira engenheirada, incluindo aspectos relacionados a carbono, sustentabilidade, rapidez construtiva e economia. Clóvis (ABRACIME) observou que havia entendido, inicialmente, que a conclusão sobre a viabilidade do sistema para a prefeitura seria feita após as visitas, mas afirmou que, caso esse não seja o encaminhamento pretendido, não vê problema em o grupo contribuir diretamente com mais informações técnicas para subsidiar essa avaliação. Defendeu a necessidade de mais tempo para amadurecimento do relatório, considerando o período de fim de ano, com férias e agendas cheias, e sugeriu que os trabalhos fossem retomados já em janeiro. Como proposta prática, sugeriu que uma reunião fosse previamente agendada no início de janeiro e que o relatório fosse dividido em partes, para que cada membro ou grupo de membros desenvolvesse um trecho específico, facilitando posteriormente a consolidação e revisão final do documento.
9. Fábio (SECLIMA) agradeceu a fala de Clóvis (ABRACIME) e informou que, em seguida, abriria a palavra para Camila



(SECLIMA). Antes disso, fez alguns esclarecimentos. Explicou que o objetivo das visitas técnicas foi, de fato, permitir que os servidores da prefeitura conhecessem a amplitude e as possibilidades de uso da madeira industrializada. No entanto, destacou que essas visitas também tinham a função de servir como base técnica para o relatório, possibilitando a inserção das interpretações e conclusões do grupo de trabalho. Esclareceu ainda que as conclusões do grupo deveriam ser construídas de forma conjunta, e não apenas a partir da avaliação da prefeitura sobre o potencial do material. Ressaltou que, mesmo que a prefeitura fosse responsável por produzir inferências técnicas, o conteúdo atualmente disponível no relatório é insuficiente para embasar qualquer conclusão relevante, do ponto de vista técnico. Fábio (SECLIMA) explicou que a avaliação de que o relatório seria inconclusivo não se deve a uma limitação do material em si, mas à ausência de elementos técnicos suficientes para permitir a construção de inferências a partir das discussões realizadas, especialmente das visitas técnicas. Destacou que o relatório existe justamente para organizar e consolidar informações técnicas e científicas que hoje estão dispersas, sobretudo entre os entes privados. Pontuou que os representantes do poder público atuam como observadores, intérpretes e responsáveis por produzir inferências a partir do conteúdo técnico e científico que for incorporado ao relatório. Caso esse conteúdo não seja aportado, não há base para a formulação de conclusões. Assim, a ausência de informações estruturadas no relatório leva, de forma lógica, a um resultado inconclusivo dos trabalhos do grupo. Por fim, afirmou que, diante desse cenário, existe a possibilidade de prorrogar os trabalhos do grupo de forma extraordinária por mais um mês, ou pouco mais, para permitir a complementação do relatório.

10. Camila (SECLIMA) observou que considerava importante, antes da concordância dos membros, esclarecer qual seria a data limite no mês de janeiro, para que todos pudessem se organizar adequadamente. Questionou se, considerando um mês adicional, o prazo não se encerraria por volta do dia 9 de janeiro. Em resposta, Fábio (SECLIMA) explicou que a data proposta para a próxima reunião já estava previamente acordada para o dia 20 de janeiro. Destacou que, considerando o período de festas e o recesso tradicional de fim de ano, o prazo efetivo de trabalho corresponderia a aproximadamente um mês útil. Informou ainda que os membros poderiam utilizar o grupo de WhatsApp para se organizarem internamente, trocar contatos e dividir responsabilidades na elaboração do relatório.



Fábio (SECLIMA) esclareceu que, ao final do processo, a equipe da SECLIMA ficaria responsável apenas pela edição estrutural do texto, como organização, padronização e ajustes de forma, não participando da elaboração do conteúdo técnico. Ressaltou a importância da contribuição dos membros com maior expertise técnica, especialmente da SMUL, para que as conclusões inferenciais fossem construídas em conjunto, a partir do material aportado ao relatório durante o período de prorrogação. Reforçou que todo o restante do conteúdo dependeria do apoio e da colaboração de todos os integrantes do grupo de trabalho. Em seguida, Fábio (SECLIMA) perguntou se havia alguma manifestação contrária à prorrogação das atividades do grupo até o dia 20 de janeiro. Não havendo objeções, declarou aprovada a extensão do grupo de trabalho de madeira industrializada por mais um mês e meio, com prazo final em 20 de janeiro. Ficou estabelecido que essa data seria o limite definitivo para a apresentação do conteúdo do relatório. Ele destacou que o ideal seria que as contribuições fossem inseridas alguns dias ou semanas antes desse prazo, para que a equipe da Seclima tivesse tempo hábil para revisar, sintetizar e realizar os ajustes editoriais necessários. Por fim, informou que, inicialmente, havia a ideia de realizar um evento — online ou presencial — para apresentar as conclusões do grupo. No entanto, essa decisão ficaria condicionada ao estágio e à qualidade do relatório na data de 20 de janeiro, quando o grupo avaliaria se haveria conteúdo suficiente para justificar a realização desse evento.

11. Ligia Romagnano (IPT) esclareceu que sua intervenção era apenas para compreender como funcionaria o recesso de final de ano da prefeitura. Informou que, no IPT, as atividades seriam interrompidas no dia 19 de dezembro, com retorno previsto para o dia 5 de janeiro. Destacou que a informação era importante para o planejamento dos trabalhos e acrescentou que, caso houvesse a realização de um evento de apresentação, considerava essa iniciativa bastante relevante. Em resposta, Fábio (SECLIMA) explicou que, na prefeitura, não há uma paralisação total das atividades. Informou que os servidores, a depender da área, se revezam entre a última semana do ano e a primeira semana de janeiro. De modo geral, as secretarias operam em regime de meia capacidade entre os dias 22 de dezembro e 2 de janeiro, retomando o funcionamento pleno a partir do dia 5 de janeiro, quando todas as equipes retornam simultaneamente. Na sequência, Lívia Cavalcante (SIURB) pediu desculpas pelo atraso, explicando que estava participando de outra reunião. Em seguida, manifestou a necessidade de compreender melhor como se daria o apoio da



área técnica da prefeitura na análise do relatório. Questionou se haveria a marcação de uma reunião específica entre os membros da prefeitura e de que forma esse processo de avaliação técnica seria conduzido.

12. Fabio Espíndola (SECLIMA) fez uma retomada para os participantes que ingressaram posteriormente na reunião. Explicou que foi realizada uma recapitulação da portaria que instituiu o grupo de trabalho, bem como das responsabilidades legais atribuídas aos seus membros. Informou também que foi feita uma revisão do relatório em sua versão atual. Destacou que aquela reunião estava prevista para ser a última do grupo de trabalho, porém, a análise do conteúdo existente no relatório indicou que o material ainda se encontrava insuficiente. Segundo ele, o relatório, da forma como se apresentava, não permitia à prefeitura traçar qualquer inferência técnica conclusiva sobre a utilização da madeira industrializada, o que levaria, necessariamente, a um encerramento inconclusivo dos trabalhos, impossibilitando sua publicação. Diante desse cenário, foi apresentada como alternativa a prorrogação das atividades do grupo de trabalho até o dia 20 de janeiro, com o objetivo de permitir que os membros aportassem mais conteúdo técnico e qualificassem o relatório, de modo a viabilizar um resultado diferente de inconclusivo. Fabio (SECLIMA) esclareceu ainda que caberia aos membros da prefeitura a responsabilidade de construir as inferências técnicas finais a partir das contribuições técnicas aportadas pelos demais integrantes do grupo. Para isso, sugeriu que fosse realizada, em momento oportuno, uma reunião específica entre os representantes da prefeitura, a ser articulada com apoio da Camila (SECLIMA), para análise inferencial do material produzido. Foi então proposto um cronograma: até o dia 12 de janeiro, os demais membros técnicos do grupo deveriam inserir todas as informações possíveis no relatório, utilizando o período de dezembro até o início do recesso e a primeira semana de janeiro para esse trabalho. Reforçou-se a orientação para que o texto fosse redigido de forma contínua e estruturada, evitando bullet points, frases soltas ou pensamentos fragmentados, considerando que o relatório deve se constituir como um documento técnico comprehensível inclusive para leitores que não tenham participado das discussões do grupo. Na semana do dia 12 de janeiro, seria realizada uma reunião entre os membros da prefeitura — citando nominalmente Lívia (SIURB), Georgia (SMUL) e José (SMUL) — para discussão e consolidação das conclusões inferenciais a partir do conteúdo aportado. Ao final, Fabio (SECLIMA) confirmou o alinhamento da proposta com os presentes.



13. Marcelo Aflalo (NÚCLEO DA MADEIRA) cumprimentou os presentes e explicou que aquela semana era particularmente complicada em função de compromissos acadêmicos, com participação em bancas ao longo de toda a semana, cujos horários nem sempre se encerravam conforme o previsto. Informou que havia encaminhado anteriormente um relatório, possivelmente há cerca de um mês, embora não se recordasse se a versão enviada foi em português ou em inglês. Esclareceu que o relatório mencionado foi elaborado por um grupo de dez arquitetos, com foco na viabilidade futura da construção em madeira em escala global, sendo estruturado como uma proposta de política pública. Destacou que o documento contém recomendações consolidadas, fruto de análises realizadas por profissionais de diferentes áreas, incluindo economistas e especialistas do setor público. Marcelo (NÚCLEO DA MADEIRA) ressaltou que o relatório possui cerca de vinte páginas e que não seria necessário incorporá-lo integralmente ao documento do grupo de trabalho. Sugeriu, como contribuição, a extração de itens específicos que fossem pertinentes ao contexto do município, deixando de fora, por exemplo, a parte florestal, e priorizando aspectos relacionados à indústria, políticas públicas de investimento, fontes de financiamento, tecnologias, educação, economia e origem da matéria-prima. Propôs organizar esses conteúdos em tópicos separados e encaminhá-los ao grupo como uma síntese dos pontos considerados mais relevantes, avaliando que essa contribuição poderia ser direta e substancial para o relatório em elaboração. Por fim, ponderou que não tinha certeza se esse formato de contribuição correspondia exatamente ao modelo de recomendações imaginado pela coordenação do grupo.
14. Fábio (SECLIMA) afirmou que a contribuição apresentada por Marcelo (NÚCLEO DA MADEIRA) já seria bastante relevante e agradeceu pela iniciativa. Destacou que o grupo precisava essencialmente de conteúdo técnico para que fosse possível traçar estratégias, interpretações e inferências, ressaltando que o relatório, da forma como se encontrava naquele momento, carecia justamente desse conteúdo. Enfatizou que quanto mais informações qualificadas fossem incorporadas ao documento, melhores seriam as análises, interpretações e referências produzidas a partir dele. Acrescentou que, considerando que Marcelo (NÚCLEO DA MADEIRA) já possuía estudos estruturados e um relatório produzido, essa contribuição certamente elevaria significativamente a qualidade do documento final do grupo de trabalho. Na sequência, Marcelo (NÚCLEO DA MADEIRA) esclareceu que havia enviado a versão final do relatório em português no dia 1º de dezembro e



confirmou que o material já estava disponibilizado. Informou ainda que também disponibilizaria um documento resultante da reunião ocorrida em março, que contou com a participação do secretário executivo Dr. José Renato Nalini (SECLIMA). Explicou que esse documento foi submetido aos participantes diretos, passou por revisão e posteriormente foi entregue a representantes de diferentes países durante a COP 30. Segundo ele, o material chegou a instâncias relevantes, como o Ministério das Cidades, a Secretaria liderada pela ministra Marina Silva e a diretoria da área habitacional da Caixa Econômica Federal, representada por Inês Magalhães, configurando-se como um documento de caráter orientador de política pública. Marcelo (NÚCLEO DA MADEIRA) destacou que, diante da grande quantidade de recomendações contidas no documento original, o mais adequado seria selecionar os pontos mais relevantes e aplicáveis ao contexto do grupo de trabalho. Ressaltou que não seria possível incorporar todas as recomendações, uma vez que elas foram pensadas para um horizonte de aplicação de aproximadamente 15 anos. Defendeu que o grupo poderia priorizar aquelas de caráter mais imediato e iniciar a transformação dessas diretrizes em ações concretas, reforçando que, de qualquer forma, o material representava um conteúdo robusto e qualificado. Por fim, Fábio (SECLIMA) concordou com a colocação e reforçou a necessidade de que os membros do grupo realizassem esse trabalho de seleção dos trechos mais relevantes dos documentos mencionados por Marcelo (NÚCLEO DA MADEIRA). Ressaltou a importância de definir o formato adequado, realizar os recortes necessários e incorporar esse conteúdo de maneira estruturada ao relatório compartilhado do grupo de trabalho. Destacou que, do ponto de vista prático, seria fundamental estabelecer uma divisão de tarefas para que esse material fosse devidamente inserido e organizado no documento coletivo.

15. Marcelo Aflalo (NÚCLEO DA MADEIRA) pediu a palavra para complementar sua fala e informou que retornaria a São Paulo no dia 12 de janeiro. Pediu desculpas pela interrupção e explicou que tentaria concluir sua contribuição antes dessa data, mas que provavelmente chegaria muito próximo do prazo. Fábio (SECLIMA) confirmou se ele se referia ao mês de janeiro, ao que Marcelo (NÚCLEO DA MADEIRA) respondeu afirmativamente, sugerindo que, se possível, o prazo fosse estabelecido mais para o final da semana do dia 12. Diante disso, Fábio (SECLIMA) propôs que o prazo final para as inclusões fosse definido para o dia 15 de janeiro, justificando que a prefeitura precisaria de um período adicional para analisar o conteúdo aportado e traçar as inferências técnicas.



Reforçou que, considerando o mês de dezembro, o recesso e o período até o dia 15 de janeiro, esse seria o prazo destinado às contribuições das áreas que não integram a prefeitura. Em seguida, Camila (SECLIMA) solicitou a palavra e sugeriu que o item 4 do relatório, referente às visitas técnicas, tivesse desde já os responsáveis definidos, preferencialmente as mesmas pessoas que acompanharam cada visita. Argumentou que isso facilitaria o trabalho e tornaria mais claro para cada participante o que deveria ser feito até o prazo final. Citou como exemplo a visita ao McDonald's, acompanhada por Clóvis (ABRACIME), que poderia ficar responsável por inserir as informações daquela edificação, assim como Lígia (IPT), que também participou. Mencionou ainda as primeiras visitas, como a realizada na FUSP e a da biblioteca, associadas à participação de Marcelo (NÚCLEO DA MADEIRA), destacando a importância de já sair da reunião com essa divisão definida. Fábio (SECLIMA) concordou com a sugestão e perguntou se todos estavam de acordo com esse encaminhamento. Diante do consenso, propôs que Camila (SECLIMA) enviasse no grupo de WhatsApp uma lista contendo os locais visitados e o nome do responsável por cada visita, de forma sintetizada. Acrescentou que, além do item das visitas, o relatório continha outros pontos relevantes que também precisariam de responsáveis definidos. Nesse sentido, solicitou que Camila (SECLIMA) ou Amanda (SECLIMA) enviassem o link de uma planilha compartilhada contendo o conteúdo do relatório, com uma coluna específica para indicar o responsável por cada item. Explicou que, no caso das visitas técnicas, essa planilha já poderia ser enviada com os responsáveis previamente preenchidos, enquanto os demais itens poderiam ser distribuídos e definidos pelos próprios membros do grupo. Concluiu afirmando que essa organização facilitaria a divisão do trabalho e o avanço do relatório.

16. Lígia (IPT) pediu licença para se retirar momentaneamente da reunião, informando que precisaria sair por alguns instantes. Comentou que, se fosse possível, retornaria ainda durante a reunião e, caso contrário, se informaria posteriormente sobre os encaminhamentos. Fábio (SECLIMA) agradeceu a participação e se despediu. Na sequência, Georgia Abejon (SMUL) pediu a palavra para esclarecer uma dúvida relacionada aos relatórios das visitas técnicas. Questionou se, além dos responsáveis definidos, também escreveriam sobre as visitas as pessoas que haviam sido designadas para preencher as fichas distribuídas durante as visitas, incluindo tanto participantes externos quanto servidores responsáveis pelos registros. Esclareceu que, ao se referir a participantes externos, tratava-se de membros que não eram servidores da prefeitura.



17. Camila (SECLIMA) respondeu que a proposta não se restringia apenas aos servidores públicos. Explicou que, para algumas visitas, foram designadas pessoas que não pertencem às secretarias municipais, mas que já tinham familiaridade com as obras ou com o sistema construtivo visitado. Em alguns casos, esses técnicos se voluntariaram por já possuírem proximidade e conhecimento prévio das edificações. Ressaltou que essa era uma sugestão inicial e que a ideia era organizar uma tabela com responsáveis, a qual poderia ser ajustada posteriormente. Acrescentou que os participantes poderiam conversar entre si para complementar as informações, destacando que Georgia (SMUL) havia feito diversas anotações relevantes durante as visitas. Georgia (SMUL) esclareceu que havia registrado informações relativas a três visitas das quais participou, mas que, em alguns pontos, indicou a necessidade de confirmação, pois se tratavam de dados mais técnicos, cujos termos específicos ela não se recordava com precisão. Avaliou que seria ideal que a pessoa com maior responsabilidade técnica sobre cada visita elaborasse o texto principal, permitindo que ela e outros participantes complementassem com suas anotações já inseridas no relatório, de forma integrada. Camila (SECLIMA) concordou e reforçou que o mais importante era definir uma pessoa responsável por cada visita técnica, sem prejuízo de que outros membros contribuissem posteriormente com complementações relevantes. Fábio (SECLIMA) perguntou se havia mais alguma observação ou complementação por parte dos participantes. Em seguida, fez um resumo dos encaminhamentos acordados: ficou definido que o grupo de trabalho seria estendido até o mês de janeiro; que o relatório final deveria ser entregue até o dia 20 de janeiro; que os membros externos, não servidores da prefeitura, deveriam realizar todos os aportes técnicos até o dia 15 de janeiro; e que os servidores da prefeitura se reuniriam entre os dias 15 e 20 de janeiro para elaborar as inferências técnicas com base no conteúdo aportado. Por fim, Fábio (SECLIMA) solicitou que Amanda (SECLIMA), ao elaborar a ata da reunião, enviasse posteriormente um resumo dos encaminhamentos no grupo de WhatsApp, a fim de garantir que todos os membros estivessem cientes das decisões tomadas. Agradeceu a participação de todos, desejou boas festas, um feliz Natal e um feliz Ano Novo, e encerrou a quarta reunião ordinária do grupo de trabalho de madeira industrializada, indicando que os trabalhos seriam retomados em 2026.